

RCD no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.265 - PB (2020/0042756-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
REQUERENTE : WILLIAM MARCOS DE SOUSA TEIXEIRA (PRESO)
ADVOGADOS : Ana Maria Ribeiro de Aragão e - PB019200
Romário Estrela Pereira - PB024307
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão de e-STJ fls. 258/260, por meio da qual indeferi o pedido liminar.

Nas razões do presente pedido, a defesa afirma que (e-STJ fls. 350/351):

Indeferido o pleito liminar neste RHC, em 21/02/2020, informações do Tribunal a quo e Juízo de primeiro grau prestadas em 05 e 06 de março, respectivamente.

Após, em 06/03/2020, foi dado vistas ao Ministério Público Federal para parecer.

Da mv. Nº. 25, infere-se o que MPF tomou ciência dos autos no dia 09/03/2020 e, até o presente momento, após 14 dias, não apresentou parecer ou manifestou-se nos autos do presente RHC.

Nesse passo, Eminente Ministro Relator, vale esclarecer que a ausência do julgamento do mérito do RHC fere frontalmente o princípio da duração razoável do processo, bem como afeta drasticamente a função precípua do presente remédio constitucional, que tem como objetivo salvaguardar a liberdade de locomoção, direito fundamental assegurado pela Constituição da República.

Por isso, "diante do atual cenário crítico na saúde do país, considerando a pandemia de COVID-19 que assola mundo", requer "a reconsideração do pleito liminar, ou, não sendo este o entendimento de Vossa Excelência, requer o regular prosseguimento do feito, com o julgamento do mérito do presente RHC, e, por conseguinte, a concessão da ordem vindicada" (e-STJ fl. 351).

É, em síntese, o relatório.

Rememoro, preliminarmente, que a liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, não obstante os judiciosos argumentos apresentados pela defesa, não visualizo manifesta ilegalidade no ato impugnado a justificar a reconsideração da decisão.

Em outras palavras, não há nenhum fato ou argumento novo que possa ensejar a alteração do entendimento já firmado por ocasião da decisão de e-STJ fls. 258/260, por meio da qual indeferi a medida de urgência.

Aliás, tal como está dito na decisão que se busca a reconsideração, a verificação da existência do alegado constrangimento ilegal demandaria uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, o que será realizado quando do julgamento definitivo do presente *writ*.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de reconsideração.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator